

FACULDADE DOCTUM DE PEDAGOGIA DA SERRA

ALINE GOMES FELÍCIO

KELLY VASCONCELOS SILVA DE JESUS

SILVANA PEIXOTO LIMA

**O PAPEL DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
SEXUAL INFANTIL**

**Serra
2017**

ALINE GOMES FELÍCIO

KELLY VASCONCELOS SILVA DE JESUS

SILVANA PEIXOTO LIMA

O PAPEL DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido à Faculdade Doctum de
Pedagogia de Serra como requisito
parcial para a obtenção do título de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a MSc Dorcas
Rodrigues Silva de Recamán.

**Serra
2017**

ALINE GOMES FELÍCIO

KELLY VASCONCELOS SILVA DE JESUS

SILVANA PEIXOTO LIMA

O PAPEL DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

Artigo Científico apresentado à Faculdade Doctum de Pedagogia da Serra como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovada em 06 de julho de 2017 pela banca composta pelos professores:

PROF^a MSc^a Dorcas Rodrigues Silva de Recamán

PROF^a MSc^a Luciana Galdino

PROF^a MSc^a Sandileusa Pereira

O PAPEL DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL ¹

FELÍCIO, Aline Gomes; JESUS, Kelly Vasconcelos de; LIMA, Silvana Peixoto ²

RESUMO

O presente artigo busca identificar os sinais denunciadores apresentados por crianças vítimas de abuso sexual entre eles: a dificuldade de adaptação interpessoal, afetiva e de aprendizagem. Outrossim, serão destacadas as normas legais acerca do tema, contemplando dispositivos que visam manter crianças e adolescentes a salvo dessa ameaça além de prever a denúncia aos organismos competentes. Outro ponto que merece destaque é a necessidade de formação continuada para os professores e gestores das escolas de educação infantil e fundamental no enfrentamento da violência sexual. No bojo das reflexões desenvolvidas, ressalta-se o abuso sexual intrafamiliar e o extrafamiliar. Não obstante, será trazida à baila os procedimentos adotados pelo professor no enfrentamento e reconhecimento do abuso sexual. Ademais, será apontada a importância da educação sexual no espaço familiar e escolar. Para o desenvolvimento deste estudo foi utilizada na fase inicial a pesquisa bibliográfica e, de modo secundário a de campo sendo que esta foi realizada em uma escola de ensino fundamental I da rede pública de ensino, localizada no Município de Serra que atende cerca de 200 alunos do primeiro ao quinto ano. Por fim, à guisa de conclusão, procura-se, demonstrar a importância da capacitação dos educadores tornando-os aptos para elaborar projetos e ações que visem a inserção do tema no planejamento escolar transformando a realidade atual.

Palavras-chave: Abuso sexual, infantil, aprendizagem, educação.

1 INTRODUÇÃO

O abuso e a exploração sexual de crianças e adolescente, ganhou destaque e prioridade nas agendas de políticas públicas nacional e internacional, demandando uma série de reflexões teóricas, conceituais que

1 O presente texto corresponde ao Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia e foi produzido como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Pedagogia

2 Alunas do curso de Pedagogia da Faculdade Doctum de Serra turma 2016/2. E-mail das autoras: alinegomesfelicio@hotmail.com, killy_vasconcelos@hotmail.com, silva1-lopes@hotmail.com.

transformou de forma paradigmática o seu enfrentamento nas últimas duas décadas.

Verifica-se a partir de diversos estudos a existência de um consenso político e institucional acerca da complexidade do fenômeno citado acima e a necessidade de uma visão interdisciplinar e multiprofissional, sobre a defesa da criança e do adolescente.

A partir da ocorrência do ato violento, surgem as dificuldades de aprendizagem como um dos sintomas apresentados pelas crianças que tiveram alguma interferência irregular na esfera sexual, e nesse sentido a nossa busca será realizada.

O presente artigo surge com o objetivo de identificar os sinais comportamentais de crianças vítimas de abuso sexual bem como, apontar os prejuízos suportados e as dificuldades de adaptação. Esses desafios podem ser de cunho interpessoal, afetivo ou de aprendizagem no ambiente escolar.

Igualmente, busca-se com este estudo demonstrar a necessidade de uma formação continuada para os professores e gestores das escolas de educação infantil e fundamental no enfrentamento da violência sexual.

É de suma relevância assegurar que os educadores sejam capacitados para elaborar projetos e ações que visem a inserção do tema no planejamento escolar.

Para tanto, é imprescindível que a escola seja um espaço de conscientização dos Direitos Fundamentais e de construção dos sentimentos de Cidadania, Solidariedade e Respeito.

Para o desenvolvimento do presente estudo foi utilizada pesquisa de caráter qualitativo, pois visa analisar a preparação dos professores, enquanto figura primordial na identificação do problema. A pesquisa inicial foi a bibliográfica e no segundo momento a de campo.

Contamos ainda, com as orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD) e de autores que serviram de suporte teórico para a

elaboração de toda a pesquisa, são eles: Marceline Gabel, Maria Amélia Azevedo, Viviane de Azevedo Guerra, Rosely Sayão, Paulo Freire.

Na primeira abordagem teórica a discussão será em torno de entender o conceito básico de abuso sexual infantil. Logo após, esse entendimento, destacaremos os comportamentos denunciadores demonstrados na literatura pertinente a respeito das vítimas de violência sexual.

Outra significativa contribuição é apontada na terceira abordagem teórica deste artigo, no qual a escola e sociedade são fundamentais no enfrentamento do abuso sexual. Salientaremos, ainda, os principais organismos do sistema que garantem os direitos das crianças vítimas do abuso sexual.

E por último serão apresentadas as considerações finais trabalhadas nesta pesquisa.

1.0 ABUSO SEXUAL INFANTIL

1.1 CONCEITOS BÁSICOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE ABUSO SEXUAL INFANTIL

O tema abordado neste artigo ressalta o papel da escola no enfrentamento da violência sexual infantil e, não menos importante, as dificuldades suportadas pelas vítimas menores de idade, que, em razão da incompletude no desenvolvimento, ainda não alcançaram o entendimento necessário para sua total autodefesa.

De acordo com o artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD)³ criança é toda pessoa menor de dezoito anos, intituladas de criança e adolescentes. Para fins didáticos, nesta pesquisa, será utilizada a expressão “criança” para reportar-se às duas faixas etárias. Atualmente, a violência sexual infantil é um dos piores problemas enfrentados na sociedade que se manifesta

3 Conforme o artigo 2º do ECRIAD, “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. (BRASIL, 1990a)

de formas diversas. Embora presente ao longo do tempo, somente nos dias de hoje, frente à consciência da relevância dos direitos humanos, tornou-se prioridade combatê-la.

Importante salientar, o conceito trazido pelo dicionário Houaiss da Língua Portuguesa do termo Violência: “o ato ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém).⁴”

Já a violência sexual ou exploração sexual, conceituada genericamente, significa “o ato sexual, relação hetero ou homossexual entre adulto e criança ou adolescente, objetivando utilizá-la para obter uma estimulação sexual.”⁵ (GABEL,1997)

E ainda, Guerra define como:

[...] envolvimento de crianças e adolescentes, dependentes e imaturos quanto ao seu desenvolvimento, em atividades sexuais que não têm condições de compreender plenamente e para as quais soam incapazes de dar o consentimento informado ou que violam as regras sociais e os papéis familiares. Incluem a pedofilia, os abusos sexuais violentos e o incesto, sendo que os estudos sobre a frequência sexual violenta são mais raros do que os que envolvem violência física. O abuso pode ser dividido em familiar e não familiar. Aproximadamente 80% são praticados por membros da família ou por pessoa conhecida confiável, sendo que cinco tipos de relação incestuosa são conhecidas: pai-filha, irmão-irmã, mãe-filho, pai-filho e mãe-filha.⁶

No bojo das reflexões aqui desenvolvidas, ressalta-se o abuso sexual intrafamiliar e o extrafamiliar. O último acontece quando o agente praticante da violência não é próximo da família. Aquele, se configura no seio familiar, numa relação entre o menor e algum parente próximo.

Cabe destacar, que ainda na visão de GABEL, o abuso sexual infantil intrafamiliar é apenas um dos diversos tipos de violência a que a criança está exposta no lar. Vem sendo praticado, ao longo dos tempos, sem distinção. Muitas vezes ocorre de forma mascarada e, na maioria dos casos, não é

4 HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2.866.

5 GABEL, Marceline. Crianças vítimas de abuso sexual. São Paulo: Summus Editorial, 1997, p. 23

6 GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo, op. cit., p. 31

relatado às autoridades competentes. É uma das formas mais cruéis de se maltratar uma criança e consiste na utilização de um menor para a satisfação dos desejos sexuais de um adulto.

Faz-se necessário apontar os aspectos legais do abuso sexual infantil, Furniss define:

A exploração sexual das crianças refere-se ao envolvimento de crianças e adolescentes dependentes, imaturos mentalmente, em atividades sexuais que eles não compreendem totalmente, às quais são incapazes de dar um consentimento informado e que violam os tabus sociais dos papéis familiares, e que objetivam a gratificação das demandas e desejos sexuais da pessoa que comete o abuso.⁷

Em se tratando desse aspecto legal, as penalidades serão diferenciadas sendo determinadas caso a caso. Alguns fatores são peculiares, entre eles a “idade da criança à época do abuso sexual, o elo existente entre ela e o abusador, o ambiente familiar em que a criança vive o impacto que o abuso terá após a sua revelação, a reação dos conhecidos, as decisões sociais, médicas e judiciárias que intervirão no caso.”⁸ (GABEL, 1997).

Percebe-se claramente, que a violência sexual deve ser analisada de modo isolado, levando em consideração todas as condições e os proporcionais impactos na vida da criança após a descoberta do ato violento.

2.0 O ENFRENTAMENTO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL

2.1 COMPORTAMENTOS DENUNCIADORES

Uma pesquisa, realizada com início em julho de 2006, encerrando em julho de 2007, pelo Núcleo de Atendimento e Extensão em Psicopedagogia (NAEP), localizado no Centro Universitário Feevale, em Novo Hamburgo-RS que oferece atendimento psicopedagógico para crianças, adolescentes e

7 FURNISS, Tilman. Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1993, p.12

8 GABEL, Marceline. Crianças vítimas de abuso sexual. São Paulo: Summus Editorial, 1997, p. 23

adultos com dificuldades de aprendizagem, oriundos das Redes Municipal, Estadual e Particular de Ensino apresentou um universo amplo de singulares histórias de vida e os reflexos da violência sexual na construção da aprendizagem.

De plano, o intuito da pesquisa, era estabelecer a relação entre o abuso sexual e as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos pacientes atendidos no Núcleo, visto que, em um levantamento estatístico realizado pelas psicopedagogas, foi constatado que um número significativo de pacientes havia sido abusado sexualmente em sua maioria por alguém próximo da família ou por familiar.

Além disso, foram apresentados pelos pacientes que fizeram parte desta pesquisa alguns comportamentos denunciadores: isolamento, quietude, agressividade, medo, vergonha, tristeza, carência, irritação, desconfiança, apatia, comportamentos regressivos e sexualizados.

Geralmente é por meio dos problemas de aprendizagem que os pacientes mostram seu embotamento emocional e ou cognitivo, fruto desta violência sofrida. A experiência traumática de ter sofrido abuso sexual influencia os processos de aprendizagem e a formação da personalidade do sujeito, sendo necessário o atendimento profissional adequado:

Se a criança apresenta problemas de aprendizagem é porque não distingue todas as ordens, porque confunde o que quer com o que é; o processo de identificação (da dimensão dramática) e o de assimilação (da dimensão cognitiva) não podem ser confundidos. A possibilidade de fazer estas distinções é a base da saúde. Qualquer tipo de perturbação entre o que é objetivo e o que é o universo interno, o que é a lei de fora e o que é a lei própria, qualquer confusão entre estas ordens produz transtornos porque não permite ao sujeito uma boa leitura da realidade, e nem uma boa leitura das possibilidades dele mesmo. Não sendo capaz de conhecer suas próprias leis, o indivíduo as projeta sobre o outro e sobre as coisas que vê de si mesmo". (Paín, In: Parente)⁹.

De qualquer maneira, apenas detectar alguns sintomas parece não ser suficiente para apontar a ocorrência do abuso sexual. É necessário que o educador tenha conhecimento aprofundado para além de avaliar o contexto do

9 . Parente S. Encontros com Sara Paín. 1ª ed. São Paulo:Casa do Psicólogo;2000.

sujeito, descobrir por exemplo: como começaram a ocorrer tais sintomas, se foi um processo, se foi de repente, se esses sinais têm permanecido por um período longo etc.

A criança que sofreu ou sofre abuso apresenta alguns indícios, tais como: comportamento submisso, agressividade, pouco sociáveis, comportamento pseudomaduro, insinuação de atividade sexual, brincadeira sexuais persistentes, chegam cedo a escola e saem tarde, incapacidade de concentração na escola e queda do rendimento, medo de pessoas do mesmo sexo do agressor, comportamento aparentemente sedutor com pessoas do mesmo sexo do agressor, fuga de casa, alterações no sono, automutilação, alterações na personalidade, transtorno de estresse pós traumático. (SILVA,1998)¹⁰.

Dentre os comportamentos denunciadores destacados, a dificuldade de aprendizagem merece maior atenção por se tratar da problemática apontada neste estudo.

Nesse contexto Sanderson assevera:

Uma criança que está sempre preocupada, com medo, terror, confusão ou que antecipa o próximo acesso sexual não vai conseguir prestar atenção no que se espera que aprenda na escola. Essas crianças se comportam como se estivessem em um mundo de sonho e parecem aéreas na classe, quase rudes em suas respostas. (SANDERSON, 2005, p.220)¹¹.

Nessa esteira cumpre destacar o entendimento de Azevedo e Guerra:

Uma criança vítima de abuso sexual, “carrega consigo consequências tanto orgânicas quanto psicológicas e dentre as mais comuns à criança apresenta quadros de dificuldades de aprendizagem na escola”. (AZEVEDO e GUERRA, 1995, p. 13).¹²

10 Silva, Adriana N. N. (1998). Abuso sexual de crianças. Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

11 SANDERSON, Christiane. (2005). Abuso Sexual em Crianças: Fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais. (Tradução Frank de Oliveira). São Paulo: M. Books do Brasil Editora.

12 AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane de Azevedo. A violência doméstica na infância e na adolescência. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

Afere-se, portanto, que a criança abusada sexualmente pode perder o desejo pela aprendizagem, apresentando condutas diferentes daquelas que até então mostrava. Muitas vezes, a dificuldade de atenção, de socialização e de aquisição de conhecimentos são alguns sinais que o abusado apresenta após o fato ocorrido.

3.0 ESCOLA E SOCIEDADE UMA VISÃO MULTIDISCIPLINAR

A escola tem um papel importante no enfrentamento do abuso sexual infantil. Considerando que o atendimento às vítimas de violência sexual constitui-se em um desafio aos diversos profissionais que podem estar envolvidos na situação, o presente estudo tem como objetivo verificar qual a contribuição da escola na identificação, na denúncia, nos encaminhamentos e, principalmente, na prevenção destes casos.

Nesse sentido defende Furniss:

"Como um problema multidisciplinar, requer a estreita cooperação de uma ampla gama de diferentes profissionais com diferentes tarefas. Como um problema legal e terapêutico, requer, por parte de todos os profissionais envolvidos, o conhecimento dos aspectos criminais e de proteção da criança, assim como dos aspectos psicológicos. Envolve as crianças como seres humanos estruturalmente dependentes, que são pessoas com seus próprios direitos, mas que não podem exercer esse direito elas mesmas, precisando de proteção e do cuidado dos pais. A natureza específica do abuso sexual da criança como uma síndrome conectadora de segredo para a criança, a pessoa que cometeu o abuso e a família, e como uma síndrome de adição para a pessoa que cometeu o abuso complica tanto a intervenção legal quanto a intervenção protetora da criança, assim como a própria terapia.¹³

Para tanto, é necessário que os professores promovam discussões e explicações em sala de aula. Levar aos discentes informações sobre a existência dos órgãos protetivos e políticas públicas é um dos primeiros passos para a diminuição da violência contra as crianças.

13 Furniss T. Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar. Manejo, terapia e intervenção legal integrados. Porto Alegre:Artes Médicas;1993.

Contribuindo com esse entendimento Rosely Sayão afirma que “Sendo assim os professores precisam assumir uma postura de diálogo com os alunos, estabelecendo uma relação de confiança sem criar cumplicidade e principalmente suspender seu juízo de valor. (SAYÃO, 1997).¹⁴

Cabe ao professor estar aberto ao diálogo não somente com o aluno, mas também com a comunidade e com a realidade a sua volta, pois, o ato de educar exige também a troca de saberes.

Ainda nesse contexto, da relação professor aluno, o autor Paulo Freire (1996) considera imprescindível considerar que os alunos aprendem de modo diverso isso porque têm histórias de vida diferentes, são sujeitos históricos o que condiciona sua relação com o mundo e influencia sua forma de aprender. Para ele, é fundamental buscar informações sobre o aluno, conhecer o discente e sua maneira de aprender.

É necessário apontar que o enfrentamento pela escola das questões relacionadas à violência sexual e à sexualidade precisa ser acompanhada por um processo de formação continuada e debate com os educadores.

Escola e sociedade dentro de uma visão multidisciplinar no enfrentamento da violência sexual infantil devem estar intimamente ligadas e, portanto, corresponsáveis.

Com base em nossos estudos e palestras assistidas, verificamos que no contexto escolar, é preciso entender que a ausência de denúncia por parte do professor logo que identifique uma criança vítima de abuso sexual, pode estar ligada a três hipóteses: ao desconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, o medo de represálias dos pais ou responsáveis pela criança ou adolescente; e, por fim, crenças inadequadas sobre o papel deste profissional, relativas ao envolvimento em problemas familiares das vítimas.

14 SAYÃO, Rosely. Saber o sexo: os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: AQUINO, Júlio G. (org.) Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997, p.97-105.

Nesse contexto o artigo 245 do ECRIDAD determina pena de caráter pecuniário, para situações de flagrante omissão de professores ou responsáveis por estabelecimento de ensino fundamental. Vejamos:

Art. 245 Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 1990a)¹⁵

Portanto, está evidente a importância de sensibilizar professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental para identificarem, o mais precocemente possível as vítimas de violência sexual nas salas de aula, tornando-se, dessa maneira, agentes de promoção de saúde e prevenção da violência.

3.1 ORGANISMOS DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS VÍTIMAS DO ABUSO SEXUAL

O abuso sexual tem crescido de forma alarmante nas últimas décadas. Uma pesquisa realizada pelo R7.com no ano de 2014 o governo federal recebeu vinte e seis mil denúncias de abuso sexual infantil, o que representa uma média de 70 denúncias por dia. Em 80% dos casos, as vítimas eram meninas e 60% tinham a idade entre sete e treze anos.

Vale destacar que a escola e os professores podem fazer uso de uma rede de enfrentamento da violência sexual infantil que visa fornecer diretrizes precisas aos educadores, para uma intervenção satisfatória seja ela do ponto de vista da prevenção, do tratamento ou punição.

As redes organizadas pelas políticas públicas, são uma boa forma de gestão dos programas e serviços, mas necessitam ser orientadas por uma

15 BRASIL. Presidência da República. Artigo 245. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

política mais ampla de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Nessa perspectiva, no Art. 86 do ECRID está estabelecido que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 1990).¹⁶

Dentre os organismos do sistema de garantia dos direitos das crianças vítimas do abuso, estão os Conselhos Tutelares que são órgãos públicos municipais, previstos no artigo 88 inciso II do ECRID, cuja missão institucional é zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes.

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:
II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais.¹⁷

A comunicação ao Conselho Tutelar pode ser de forma pública ou sigilosa. Podem ser encaminhadas de quatro maneiras: Por telefone, por escrito, visita ou solicitação de atendimento na própria escola.

Outro órgão importante são as Varas da Infância e da Juventude pertencentes ao Judiciário responsáveis por aplicar as medidas judiciais necessárias à garantia dos direitos de crianças e adolescentes. São dirigidas por juízes. Atuam de forma integrada com os Conselhos Tutelares e com o Ministério Público.

As escolas ainda, de acordo com os documentos pertinentes, podem contar com as Promotorias da Infância e Juventude que têm como função institucional defender e assegurar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, através da aplicação de medidas judiciais previstas no ECRID.

16 BRASIL. Presidência da República. Artigo 86. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

17 BRASIL. Presidência da República. Artigo 88 inciso II. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Outrossim, os educadores ainda podem contar com as Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) São órgãos da Segurança Pública que exercem a função de polícia judiciária, cabendo-lhe a apuração, através de Inquérito Policial, de ilícitos cometidos contra crianças e adolescentes.

Não obstante, as escolas ainda podem fazer uso da Defensoria Pública- órgão do Judiciário que visa garantir o direito de assistência jurídica aos que não dispõem de meios para contratar advogado

Por fim, as Secretarias de governo estaduais e municipais executoras de políticas públicas que funcionam como organismos fundamentais da Rede de Proteção, têm a função de Atendimento, de garantir o acesso a saúde, educação, assistência, cultura, profissionalização e proteção especial, ou seja, aos direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD).

4.0 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente artigo, foi utilizada pesquisa de caráter qualitativo, onde em sua fase inicial a pesquisa foi a bibliográfica e em segundo momento a pesquisa de campo, com o intuito de analisar a preparação dos professores, enquanto figura primordial na identificação da problemática citada neste artigo.

Contamos ainda, com as orientações do ECRIAD e de autores que serviram de suporte teórico para a elaboração de toda a pesquisa, são eles: Marceline Gabel, Maria Amélia Azevedo, Viviane de Azevedo Guerra, Rosely Sayão, Paulo Freire.

Assim, após vários estudos, foi desenvolvido um questionário aberto, composto de sete questões. Para dar melhor visibilidade ao que foi descrito, entramos em contato com uma escola de Ensino fundamental I, da rede municipal pública de ensino, localizada no município de Serra que atende cerca

de 200 alunos do primeiro ao quinto ano. Após uma boa recepção da equipe pedagógica, foi lhes assegurado total sigilo mediante descrições da escola, tal como na identificação dos professores entrevistados.

De acordo com a disponibilidade dos seis educadores, representados neste estudo pelas simbologias (P1, P2, P3, P4, P5 e P6) foram realizadas as entrevistas de forma individual, tendo como propósito conhecer o dia a dia dos respectivos docentes, bem como, identificar os conhecimentos, dificuldades e o domínio dos professores sobre esse assunto tão pertinente em nosso cotidiano.

5.0 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base em nossos estudos, foi desenvolvido um questionário composto por 7 (sete) questões com o objetivo de discutir os dados coletados na realidade investigada. As questões foram respondidas com clareza e analisadas, tendo como parâmetro os objetivos do estudo e a questão problematizadora.

Ao todo foram 6 (seis) o número de educadores que responderam o questionário e com quem foi debatido o assunto de modo individualizado. Representaremos os docentes, com a simbologia de P1, P2, P3, P4, P5 e P6 para identificar os seus relatos, e cumprir com a preservação dos mesmos.

Em relação à primeira pergunta do questionário, na qual menciona a identificação dos sinais comportamentais de crianças que poderiam estar sendo vítimas de violência sexual, os professores de forma integral, constataram ter conhecimento de uma possível suspeita de alteração de conduta de seus alunos, cientes que poderiam ser oriundos de diversas modificações rotineiras, que por sua vez não trariam total clareza da origem do problema.

Vale destacar a fala do P1, “Existem alunos retraídos, porque se sentem inseguros, sem origens de abusos sexuais, mas sim devido a sua criação, apenas”. Dessa forma afirma, (SILVA 1998) “[...]comportamento submisso, agressividade, pouco sociáveis, comportamento pseudomaduro, insinuação de atividade sexual, brincadeira sexuais persistentes, chegam cedo a escola e saem tarde, incapacidade de concentração na escola e queda do rendimento, medo de pessoas do mesmo sexo do agressor[...]”. Observa-se então, que a criança poderá apresentar comportamentos que demonstrarão com mais clareza em relação o que lhes causam sofrimento, ressaltando a necessidade de capacitação e observação, vinda de seus professores.

Quanto as experiências particulares indagadas na questão dois, referindo-se a possível causa de abuso sexual, trazendo dificuldades de aprendizado, apenas a P3 relatou: “Já vivenciei a situação de uma aluna, no início da minha trajetória como professora, isso já tem muitos anos, a aluna apresentava total desinteresse pelas aulas e inquietude, eu abordei de forma a compreender, mas não obtive clareza do que se tratava, no decorrer do ano, a aluna apresentou um pequeno desenvolvimento nas aulas, mas faltava muito também, confesso que me chamou muito a atenção na época”. Vale destacar que quem não denuncia, também violenta e existe punição, o Art. 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD), nos diz que “[...] envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência” (BRASIL, 1999).

Observamos a importância de conter o ciclo violento que percorre em nossa sociedade, e mesmo com suspeitas de abusos devemos acionar os órgãos competentes, a ligação é sigilosa, e se conscientizar que independe da multa a ser aplicada por negligência, é saber que o papel de cidadão deve ser exercido.

O P3 relata: “Diante da complexidade, necessito de apoio pedagógico”, e P2 “Preciso de orientação, porque a demanda é diversificada” ressaltam assim a importância de toda a instituição estar apta para o enfrentamento de tamanha

violência, que tanto aumenta em nossa sociedade, e reconhecem a importância de tratamentos para vítimas em sua fase inicial, a fim de minimizar acréscimos de dificuldades cognitivas, que poderiam ocorrer com o passar do tempo. De forma acertada, (Furniss,1993) afirma "Como um problema multidisciplinar, requer a estreita cooperação de uma ampla gama de diferentes profissionais com diferentes tarefas [...]"

Constatou-se, a importância da figura dos diretores (as), coordenadores (as) e pedagogos (as), para efetiva administração e suporte para nortear no âmbito escolar, os professores no que diz respeito a violência sexual presente, e que tanto aumenta em nossa sociedade, e a grande necessidade de qualificação para os mesmos.

Na terceira questão do questionário, quando lhe é perguntado a respeito da importância considerada por eles, de se perceber e de encaminhar alunos vítimas de abuso sexual, a fim de impedir os agravos proporcionados as vítimas, bem como interferências cognitivas. Todos os professores concordam de forma positiva e reconhecem a importância de se diagnosticar e de acolhimento cabível para cada caso. Podemos mencionar o que Sayão nos diz: "Sendo assim os professores precisam assumir uma postura de diálogo com os alunos, estabelecendo uma relação de confiança sem criar cumplicidade e principalmente suspender seu juízo de valor. (SAYÃO, 1997)".

Observa-se a necessidade de interação do professor com os seus alunos, e de se manter o diálogo em suas aulas, para que os mesmos se sintam confortáveis para diálogos rotineiros, e porventura, da necessidade de assuntos mais complexos.

Se tratando da legislação apontada na quarta questão, todos os professores ressaltam o Conselho Tutelar, como aliado, mas demonstram ineficaz domínio de conhecimento. A seguir, seguindo a ordem no diálogo, referindo à quinta questão, foi abordado o tema violência sexual infantil e seus reflexos no âmbito escolar, a fim de conhecer sua formação inicial na graduação, e formação continuada.

É notório a ausência em relação ao tema violência sexual fazer parte dos programas de educação inicial ou continuada, dos respectivos professores, pode-se perceber a inexistência dessa temática estar associada na contribuição de suas formações acadêmicas.

Apenas o P4 e P1 relatam participações em palestras usufruindo de conhecimentos dos órgãos competentes ao combate, o P5 relata ainda não ter tido a oportunidade, mas que em breve buscará ampliar seus conhecimentos. O P6 acrescenta: “Eu me sinto despreparado para uma ação pedagógica adequada ou mesmo na postura para os encaminhamentos cabíveis, é um assunto muito delicado”. Cabe ressaltar, que o professor quando bem informado e preparado é um grande aliado no combate e na prevenção ao Abuso Sexual Infantil.

Em relação a sexta pergunta, foi abordado o grau de dificuldades que os educadores observam em relação a essa temática e quais as possíveis alternativas para se trabalharem mais efetivamente sobre a demanda. Em unanimidade os professores mencionam que a violência sexual é um assunto muito delicado para se dialogar e que traz muito receio, e ressaltam ainda a necessidade de capacitação continuada em conjunto com a própria escola, para que todos os profissionais se apropriem desse conhecimento e possam trabalhar em conjunto.

Em virtude dos fatos mencionados, conclui-se que estudos mais aprofundados, envolvendo documentos legais como o ECRIAD, é fundamental para profissionais que trabalhem diretamente com crianças.

E por último, a sétima pergunta foi referente ao uso do mecanismo de registros diários para auxílio das possíveis ocorrências de seus alunos em suas disciplinas diárias. Em resposta, os professores P2, P4, P5 e P6 mencionam em integral concordância, que mantém o uso de anotações diárias de seus alunos, e os P1 e P3 dizem fazer, porém não diariamente devido a correria do dia a dia, mas que eventualmente em momentos críticos como faltas exageradas ou pouco rendimento nas atividades também se apropriam do recurso.

A escola é um lugar oportuno para a identificação e intervenção, em casos de abuso sexual infantil. Por isso, a importância da observação e dos registros feitos pelos docentes em sala de aula.

6.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que os educadores são um instrumento importante no combate ao abuso sexual infantil. A criança quando abusada, apresenta características próprias e por meio de suas observações e registros em sala de aula, o professor pode identificar se o aluno está sendo vítima de violência/abuso sexual.

O docente, não deve se limitar a sua formação inicial. Frequentemente, ele deve adquirir novos conhecimentos para, assim, melhorar sua prática pedagógica. Um professor quando se capacita intelectualmente e emocionalmente, ele se torna apto a tomar as devidas providências, após o surgimento de algum problema. Dessa forma, entende-se que a formação continuada é imprescindível, principalmente, no estudo de temas que geram sofrimento físico ou psicológico às crianças, comprometendo a sua cognição/aprendizagem.

Baseado em toda a pesquisa feita para a elaboração deste artigo, foi desenvolvido um questionário com sete questões. Ao todo foram 6 (seis) o número de docentes que responderam o questionário e com quem foi debatido o assunto de modo individualizado.

De uma maneira geral, é notável a insegurança e o receio que os educadores, demonstram em relação ao assunto abordado, além do amedrontamento de se envolverem diretamente em um caso de suspeita de violência sexual, porventura ocasionada à algum de seus alunos.

Constatou-se, a importância da figura dos diretores (as), coordenadores (as) e pedagogos (as), no que se refere ao amparo de possíveis denúncias, e a grande necessidade de qualificação.

É possível afirmar, que a escola apresenta-se como lugar oportuno para detecção e intervenção, em casos de abuso sexual infantil, uma vez que o aluno poderá não corresponder com o esperado em seu aprendizado.

Em virtude dos fatos mencionados, conclui-se que estudos mais aprofundados, envolvendo documentos de textos normativos/legais, como por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD) são fundamentais para os profissionais que trabalham diretamente com crianças. Não obstante, ressalta-se a importância de verificar e estimar quais os meios apropriados para utilizar como procedimentos, nos casos de abuso sexual infantil, efetivando um maior número de denúncias e proteção ao menor.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane de Azevedo. A violência doméstica na infância e na adolescência. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

BRASIL. Presidência da República. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

De Lorenzi, D. R. S., Pontalti, L., & Flech, R. M. (2001). Maus tratos na infância e adolescência: Análise de 100 casos. *Revista Científica da AMECS*, 10(1), 47-52.

DELL' AGLIO, D. e SANTOS S. S. Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência. *Estudo de Psicologia*. Campinas, v. 25, n.4, p. 595, 2008.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. São Paulo: Paz e Terra. 2011. P.24.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo:Paz e Terra,1996.

FURNISS, Tilman. Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar. Manejo, terapia e intervenção legal integrados. Porto Alegre:Artes Médicas;1993.

ÓRGÃOS DE DEFESA, **Quem é quem na defesa do direito à educação.**

Disponível em: <<http://www.direitoaeducacao.org.br/orgaos-de-defesa/>>

Acesso em: 10 de maio de 2017.

PINHEIRO, Sérgio Paulo. “Violência contra criança: informe mundial”. ABRASCO. *Violência e saúde: desafios locais e globais*. v. 11. Rio de Janeiro, 2006.

R7, Notícias. Disponível em: < <http://noticias.r7.com/cidades/governo-federal-recebe-cerca-de-70-denuncias-de-abuso-contracriancas-por-dia-18052015.>>

Acesso em: 10 de maio de 2017.

SANDERSON, Christiane. (2005). Abuso Sexual em Crianças: Fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais. (Tradução Frank de Oliveira). São Paulo: M. Books do Brasil Editora.

SAYÃO, Rosely. Saber o sexo: os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: AQUINO, Júlio G. (org.) Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus,1997, p.97-105.

SILVA, Adriana N. N. (1998). Abuso sexual de crianças. Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

TORMAN, R; LOPES, C.K. O abuso sexual e a inclusão momentânea: As consequências no processo de aprendizagem. Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia. V. 25, n. 77, 2008. Disponível em: <<http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/316/o-abuso-sexual-e-a-inclusao-momentanea--as-consequencias-no-processo-de-aprendizagem/>>. Acesso em: 13 Abril 2017.

ABSTRACT

The present article seeks to identify the denouncing signs presented by children victims of sexual abuse among them: the difficulty of interpersonal, affective and learning adaptation. Also, the legal norms on the subject will be highlighted, contemplating devices that aim to keep children and adolescents safe from this threat and to provide for denunciation to the competent agencies. Another point that deserves to be highlighted is the need for continuing education for teachers and managers of primary and secondary schools in the face of sexual violence. In the depths of the reflections developed, sexual and intrafamily sexual abuse are highlighted. Nevertheless, the procedures adopted by the teacher in confronting and acknowledging sexual abuse will be brought to the fore. In addition, it will be pointed out the importance of sex education in the family and school space. For the development of this study was used in the initial phase the bibliographic research and, in a secondary way to the field, which was carried out in a primary school I of the public school, located in the Municipality of Serra that serves about 200 students From the first to the fifth year. Finally, as a conclusion, we seek to demonstrate the importance of educators' training, making them able to elaborate projects and actions that aim to insert the theme into school planning, transforming the current reality.

Keywords: Sexual abuse, Childlike, learning, education.